

AS CIDADES MÉDIAS COMO NÓDULOS DE EQUILÍBRIO DA REDE DE CIDADES*

The medium-sized cities as equilibrium nodules of a network of cities

Las ciudades medias como nódulos de equilibrio de la red de ciudades

Edivaldo Fernandes Ramos **
Ralfó Edmundo da Silva Matos ***
Ricardo Alexandrino Garcia ****

RESUMO

Os estudos da rede urbana brasileira têm avançado para diversos campos e, sem dúvida, um dos que se destacam, atualmente, é aquele que trata do papel desempenhado pelas denominadas cidades médias. A análise dessa categoria de centro urbano tornou-se obrigatória, uma vez que tais cidades são determinantes no atual processo de desconcentração da economia brasileira, colocando-se como importante alternativa de investimentos e também como espaços capazes de receber e fixar imigrantes. Em vista disso, um dos objetivos centrais do presente artigo é avaliar se os municípios médios são centros urbanos que atraem investimentos e mão de obra para si e para os municípios de sua rede de influência, ou se estão concentrando os investimentos e a população.

Palavras-chave: Cidades médias. Rede urbana. Região de influência.

ABSTRACT

Studies about Brazilian urban networks have advanced to a variety of fields and, without any doubt, a prominent one of these deals with the role of medium-sized cities. The analysis of this urban center category became mandatory, once it is decisive in the current decentralization process of the Brazilian economy, as important investment alternative and space able to

* Artigo apresentado no VII Encontro Nacional sobre Migrações de Tema Central: Migrações, Políticas Públicas e Desigualdades Regionais, realizado de 10 a 12 de outubro de 2011 em Curitiba-PR.

** Geógrafo, mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor municipal de geografia na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. E-mail: ediramos73@hotmail.com

*** Arquiteto e doutor em Demografia pela UFMG e professor associado III do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da UFMG. E-mail: ralfomatos@yahoo.com.br

**** Psicólogo pela Universidade de São Paulo (USP), doutor em Demografia pela UFMG, professor adjunto do departamento de Geografia da Instituto de Geociências (IGC) da UFMG e professor do programa de Pós-graduação em Geografia do IGC/UFMG. E-mail: alexandrinogarcia@gmail.com

Artigo recebido em dez./2011 e aceito para publicação em jan./2012.

receive and retain immigrants. In view of this, one of the main objectives of this article is to evaluate the behavior of investments and labor attracted by medium municipalities, whether if they are getting concentrated or distributed through its region of influence.

Keywords: Medium-sized Cities; Urban Network; Region of influence.

RESUMEN

Los estudios de la red urbana brasileña tienen avanzado a diversos campos y, sin duda, uno de los cuales se destaca hoy, es aquel que se ocupa de la función desempeñada por las llamadas ciudades medias. Incluso porque el análisis de esta categoría de centro urbano se convirtió obligatorio, pues son decisivos en el actual proceso de descentralización de la economía brasileña, poniéndose como importante alternativa de investimentos así como espacios capaces de recibir y retener a los inmigrantes. En vista de eso, uno de los objetivos centrales de este artículo es evaluar si los municipios medios son centros urbanos que atraen inversiones y mano de obra a sí mismo y a los municipios de su red de influencia, o si están concentrando las inversiones y la población.

Palabras clave: Ciudades medias. Red urbana. Área de influencia.

INTRODUÇÃO

A proposta do presente texto é analisar a importância da cidade média dentro de sua região de influência, a fim de perceber o peso que o município-polo pode ter na captação de investimentos e população para sua rede, ou mesmo enquanto elemento articulador da rede.

Para atingir tal objetivo, o artigo foi dividido em duas partes: na primeira é feito um pequeno resgate teórico-conceitual acerca das cidades médias, e na segunda uma evidência empírica com duas cidades médias da Região Sul do Brasil: Londrina (PR) e Joinville (SC).

É importante destacar que as cidades médias têm-se tornado um objeto de estudo importante para diferentes pesquisadores da atualidade. Questões estruturais da economia nacional, formas de espacialização dos fluxos econômicos e demográficos, bem como as transformações de caráter intraurbano nas grandes metrópoles têm potenciado o reavivamento dessa categoria de cidade na rede de localidades centrais do Brasil. Um dos aspectos que mais têm contribuído para o aumento das pesquisas nessa área é o processo de desconcentração que o país vem vivendo.

Nesse sentido, avaliar-se-á se essas cidades médias são polos de desenvolvimento, que atraem investimentos e mão de obra para si e para as cidades de sua rede de influência, ou se estão concentrando os investimentos e a população.

1 AS CIDADES MÉDIAS ENQUANTO ESPAÇOS ESTRATÉGICOS NO ESTABELECIMENTO DE REDES URBANAS MAIS EQUILIBRADAS

De acordo com Eduarda Marques da Costa (2002, p.104), o termo “cidade média” e seu conceito surgiram pela primeira vez na França, associados aos estudos sobre cidades intermediárias francesas, iniciados ainda na década de 1960, e às políticas de desconcentração de população e atividades propostas no VI Plano de Desenvolvimento Econômico e Social (1971-1975). Entre os principais objetivos do referido plano, destacava-se a intenção de estruturar uma distribuição mais equilibrada do emprego e a manutenção do desenvolvimento da região oeste da França. O suporte territorial para a consecução plena desses objetivos dependia da existência de uma rede urbana mais equilibrada, para a qual era fundamental o reforço das cidades médias.

No Brasil, os estudos acerca das cidades médias, como centros de equilíbrio da rede urbana, remontam à década de 1960. Segundo Roberto Lobato Corrêa,

No Brasil, a partir de meados da década de 1960, no âmbito do recém-criado sistema de planejamento, que pretendia incluir a dimensão espacial nas políticas governamentais, a exemplo dos polos de desenvolvimento e das regiões-programa, estabeleceu-se a noção “cidade de porte médio”, barreiras receptoras contra as correntes migratórias em direção aos centros metropolitanos (CORRÊA, 2006, p.4).

Observa-se que, nesse período, as cidades médias tinham como função primordial a contenção dos fluxos migratórios direcionados às grandes metrópoles. Desta forma, o aspecto demográfico é visto como elemento balizador de classificação e identificação tipológica. Segundo Spósito (2001), a maioria dos estudos no país classificava cidades com população urbana entre 50.000 e 250.000 habitantes como “cidades médias”.¹

De todo modo, o contexto a partir do qual esses estudos ganham força no Brasil está relacionado aos processos de redistribuição espacial da população brasileira e de “reversão”² da polarização industrial. De acordo com Andrade e Serra (1998, p.3), o período 1970-1991 demonstra que, embora extremamente concentrada nos grandes centros urbanos, a população urbana brasileira passa por um notável processo de redistribuição espacial, no qual as cidades médias cumprem um papel decisivo. Entre os fatores que imprimiram maior dinamismo ao desempenho demográfico em cidades médias, podem-se elencar: as mudanças recentes nos padrões locacionais da indústria no Brasil; as transformações mais visíveis no movimento migratório nacional; o fenômeno da periferização nas metrópoles; a política governamental de atração de investimentos para as regiões economicamente defasadas; e a peculiar expansão de nossas fronteiras agrícolas e de extração de recursos naturais. Além desses fatores, devem-se levar em conta os fatores endógenos ao próprio dinamismo econômico de muitas das cidades médias no país.

Para os referidos autores, o dinamismo demográfico das cidades médias não metropolitanas está ligado, principalmente, ao papel indutor da desconcentração industrial, reflexo do surgimento de economias de aglomeração³ nessas cidades. Enquanto algumas das cidades médias brasileiras ofereciam atraentes economias de

¹ Mais recentemente, o IBGE tem adotado como critério exploratório inicial essa classificação tipológica para os casos de núcleos urbanos com população residente na faixa de 100 a 500 mil habitantes.

² O termo reversão da polarização é utilizado por Redwood (1984), para se referir à desconcentração urbana no Brasil e à multiplicação do que ele chamava de cidades secundárias ou de tamanho médio no âmbito da rede urbana nacional. Para ele, a desconcentração das atividades urbano-industriais era motivada, sobretudo pelas vantagens comparativas oferecidas por essas cidades. Os fluxos de capital (investimento) e trabalho (migrações) se orientavam para fora da metrópole central até as cidades secundárias, induzindo taxas relativamente mais rápidas de crescimento econômico e demográfico nessas cidades.

³ Carlos (2009, p.75) apresenta a economia de aglomeração como uma concentração espacial de infraestrutura, mão de obra, localização de outras indústrias complementares, mercado diversificado, além do fato de a localização permitir a economia de gastos de produção. A indústria aproveita-se, ao máximo, dessas vantagens enquanto socializa as desvantagens (poluição, trânsito, etc.). Matos (1995) argumenta que as economias de aglomeração representam variados tipos de benefícios para as firmas, pois propiciam a redução dos custos de comunicação com fornecedores, compradores e agentes públicos, influem positivamente nas necessidades de estoques (matéria-prima, manutenção, etc.) e de trabalho especializado, configurando, enfim, uma série de fatores que tendem a se reforçar mutuamente à medida que a área urbana se expande, ampliando a escala, a complexidade e a diversificação econômica. A facilidade de contratação de mão de obra em grande quantidade, inclusive especializada, e a conseqüente redução de custos de produção, são: tanto uma espécie de prerrogativa das grandes firmas quanto uma condição dada pela localização urbana. Ganhos na provisão de insumos intermediários, decorrentes da presença de infraestrutura de transporte e de serviços públicos de qualidade, resultam da aglomeração da produção no espaço.

aglomeração, boa parte das grandes cidades passou a conviver com deseconomias de aglomeração, o que impulsionava o processo de desconcentração. Neste debate, Matos (1995) afirma que a análise dos processos de concentração e desconcentração deve reconhecer a importância das cidades médias, pois se constituem em capital fixo (grande unidade de produção) e geram mercados especializados na produção e distribuição de mercadorias.

Neste cenário, as cidades médias ganham espaço na política brasileira de desenvolvimento, em especial, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil (II PND, de 1975), que dedicava um capítulo à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), traçando estratégias para os centros urbanos de porte médio. O objetivo era desconcentrar a população e as atividades econômicas, criar empregos e reduzir as disparidades socioeconômicas regionais. Posteriormente, seguiu-se no período de 1980/85 uma nova política urbana que serviria de subsídio ao III PND. De acordo com Steinberger e Bruna (2001, p.47), esta política começava definindo objetivos relacionados às dimensões inter e intraurbanas: melhor distribuição espacial da população e das atividades produtivas; estruturação de um sistema de cidades equilibrado e harmonizado com diretrizes e prioridades setoriais e regionais de desenvolvimento, com ênfase no Nordeste, Norte e Centro-Oeste; e aumento da qualidade de vida urbana, por meio da melhoria das condições habitacionais, de transporte urbano e de saneamento básico. De acordo com as autoras, a nova política que serviu de subsídio ao III PND discriminou programas estratégicos específicos para as cidades médias e as cidades de seu entorno. Neste sentido, era necessário entender o papel que as cidades médias desempenhavam em suas áreas de influência, ou o peso que estas tinham nas decisões da sua rede de lugares centrais.⁴

Parece não haver dúvidas quanto ao fato de que, independentemente dos critérios de definição conceitual, as cidades de porte médio têm-se apresentado como importantes espaços no âmbito das redes urbanas. Sobretudo nos países que experimentam profundas reestruturações internas de seu espaço territorial, elas podem favorecer/potencializar a diminuição de disparidades regionais, contribuindo para a formação de um sistema urbano mais equilibrado, além de oferecerem qualidade de vida a seus habitantes. No entender de Amorin Filho e Serra (2001), estas cidades podem se colocar como importante alternativa aos moradores não apenas das cidades pequenas, como também das grandes cidades. Sobre isso, apontam:

Aos moradores dos grandes centros, as vantagens que as cidades médias podem oferecer são inúmeras: menores índices de criminalidade; reduzido tempo despendido para se ir ao trabalho; menores níveis de poluição atmosférica; aluguéis mais acessíveis e maior oferta de áreas verdes. Para o

⁴ Moura e Werneck (2001, p.28) afirmam que uma rede de lugares centrais, além de materializar o sistema de produção, articulando circulação, distribuição e consumo, também cristaliza os sistemas de decisão e gestão, por meio da localização seletiva de órgãos da administração pública e sedes de grandes corporações, oferecendo um nítido posicionamento hierarquizado dos centros urbanos.

morador interiorano, essas cidades podem ser valorizadas pela oferta de emprego, pela existência de infraestrutura básica, pelas oportunidades de acesso à informação e pelos melhores recursos educacionais. Enfim, pela existência de bens e serviços essenciais à ascensão material e intelectual de seus moradores (AMORIN FILHO; SERRA, 2001, p.1).

2 AS CIDADES MÉDIAS ENQUANTO POLOS DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA

Qual é o peso das cidades médias dentro de sua rede urbana? Essas cidades são centros urbanos que atraem investimentos e mão de obra para si e para os municípios de sua rede de influência, ou estão concentrando os investimentos e a população? Tem havido dispersão dos investimentos para as cidades vizinhas ou a expansão econômica do polo drena mão de obra do seu entorno?

Para responder aos questionamentos apontados, foi realizado um estudo de caso em duas cidades médias brasileiras da região Sul: Londrina (PR), Joinville (SC). Tais cidades fazem parte de um conjunto amostral mais amplo, que envolveu 55 cidades médias brasileiras, distribuídas por quase todo o território nacional, conforme processo de amostragem e seleção desenvolvido no âmbito metodológico da pesquisa “Desigualdades socioespaciais e descentralização territorial no Brasil atual”.⁵

Os dois municípios foram examinados a partir de suas regiões ou áreas de influência, tomando-se como recorte geográfico a “Região de influência das Cidades 2007” do IBGE. Neste estudo, Londrina e Joinville aparecem classificadas como Capital Regional B, ocupando, desta forma, uma posição intermediária na nova hierarquia urbana brasileira. Porém, é necessário ressaltar que a Regic 2007 foi tomada apenas como um recorte geográfico para análise dos municípios e não como o referencial teórico de análise.

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma investigação a partir de dados secundários, como taxas líquidas de migração, taxas de crescimento geométrico da população, Produto Interno Bruto e taxas de crescimento do PIB dos municípios-polos e de seu entorno, para verificar se está ou não ocorrendo a difusão dos investimentos para os municípios vizinhos.

2.1 AS REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES

Os municípios serão apresentados em suas respectivas áreas de influência com o objetivo de confirmar, ou não, a hipótese da intensidade da polarização que exercem sobre os municípios de sua região.

⁵ A pesquisa “Desigualdades socioespaciais e descentralização territorial no Brasil atual” foi desenvolvida no Instituto de Geociências da UFMG, desde 2006, sob coordenação do professor Dr. Ralfo Matos. Essa pesquisa encomendada pela FINEP envolveu várias etapas, sendo uma das mais importantes a coleta de dados em campo, com uma amostra ampla (55 cidades visitadas em um universo de 213 em todas as regiões do Brasil), onde foram coletados dados de diversos tipos, desde fotografias e entrevistas gravadas com autoridades e lideranças sociais até entrevistas com um considerável grupo de moradores.

É provável que um processo de maior concentração de população em algumas das centralidades analisadas esteja em curso, em detrimento dos municípios menos dinâmicos, portanto, com menor capacidade de atrair e/ou reter população. Também é possível que isto não esteja acontecendo ou que os municípios menores estejam crescendo junto com o município-polo, daí a necessidade desta pesquisa. Num processo de redistribuição da população, cidades maiores e mais dinâmicas, a exemplo de Londrina e Joinville, podem estar recebendo parte da população em movimento.

2.2 A REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE LONDRINA

No Estado do Paraná, registra-se um importante sistema urbano-regional: a região de influência de Londrina. Trata-se de um sistema em que Londrina comanda um grupo amplo de municípios (86) do norte paranaense, chegando, inclusive, a constituir intensos fluxos de bens e serviços. Neste sistema, além de Londrina, outros municípios dividem a capacidade de polarização, alguns em função do porte populacional e econômico, outros em função da localização privilegiada. Entre esses municípios, destacam-se Apucarana e Arapongas. Como pode ser visto no Apêndice 1, a maioria dos municípios dessa região (75) é de pequeno porte, com populações abaixo de 20 mil habitantes. Apenas 11 municípios possuem mais de 20 mil habitantes.

A ampla região de influência de Londrina mostra-se muito heterogênea no que se refere às taxas líquidas de migração, como pode ser visto no Apêndice 1, apresenta sete municípios com taxas elevadas e a maioria (65) com taxas negativas, o que indica a presença de uma rede urbana com muitos municípios perdendo população, resultando em uma média negativa para a rede (-8,97%). Os dados sobre o crescimento da população no período 1991/2000 comprovam essa afirmação, já que naquele período, mais da metade dos municípios dessa Regic (45) apresentaram taxas negativas de crescimento populacional.⁶ São 65 municípios com taxas líquidas de migração negativas contra 21 com taxas positivas.⁷

Não é de surpreender que as maiores taxas líquidas de migração não se concentram nos maiores municípios, onde os estoques populacionais são muito maiores. Londrina, por exemplo, apresentou 3,8% e Apucarana, o segundo maior município da rede, apresentou taxa negativa (-1,31%), enquanto alguns dos

⁶ Entre os demais municípios da Regic Londrina, 30 apresentaram taxas positivas de crescimento populacional e em 11 não foi possível a mensuração, tendo em vista o fato de suas populações ainda não constarem nos dados do Censo de 1991.

⁷ No grupo dos que apresentaram taxas positivas, a maioria (13) se encontra acima de 5%, com destaque para Santo Antônio do Paraíso (28,9%), Mauá da Serra (24%), Cruzmaltina (23,94%), Curiúva (16,28%), Arapongas (15,5%), Rio Branco do Ivaí (14,65%) e Japira (11,12%). Entre os municípios que apresentaram taxas negativas, há pelo menos 41 com taxas abaixo de -10% a.a, ou seja, bem negativas, podendo traduzir significativas perdas populacionais. Os destaques são: Grandes Rios (-32,96%), Borrazópolis (-32,2%), Marumbi (-31,45%) e Centenário do Sul (-30,28%). Há uma presença marcante dos municípios de pequeno porte nos dois grupos.

municípios menores, com populações abaixo de 10 mil habitantes, apresentaram taxas elevadas: Santo Antônio do Paraíso (28,9%), Mauá da Serra (24%), Cruzmaltina (23,94%), Rio Branco do Ivaí (14,65%) e Japira (11,12%), todos no Estado do Paraná.⁸ Entretanto, há também municípios de pequeno porte com taxas negativas elevadas, são os casos de Grandes Rios (-32,96%), Borrazópolis (-32,20%), Marumbi (-31,45%), Centenário do Sul (-30,28%) e Rio Bom (-29,49%).

Quando se acrescenta à análise os dados de crescimento populacional no período 1991/2000, percebe-se que as menores taxas de crescimento populacional (negativas) encontram-se nos municípios de pequeno porte como: Miraselva (-10,51%), Santa Cecília do Pavão (-8,04%), Grandes Rios (-4,72%), Marilândia do Sul (-4,53%), Rosário do Ivaí (-4,44%) e Cambira (-4,15%). Por outro lado, entre as maiores taxas de crescimento populacional destacavam-se os três maiores municípios da Regic, sendo que Arapongas, terceiro maior município da Regic, possui a maior taxa de crescimento da rede (3,16%); Londrina aparece em quarto lugar, com 1,53%; e Apucarana, segundo maior município da Regic, aparece em quinto lugar, com 1,41%.

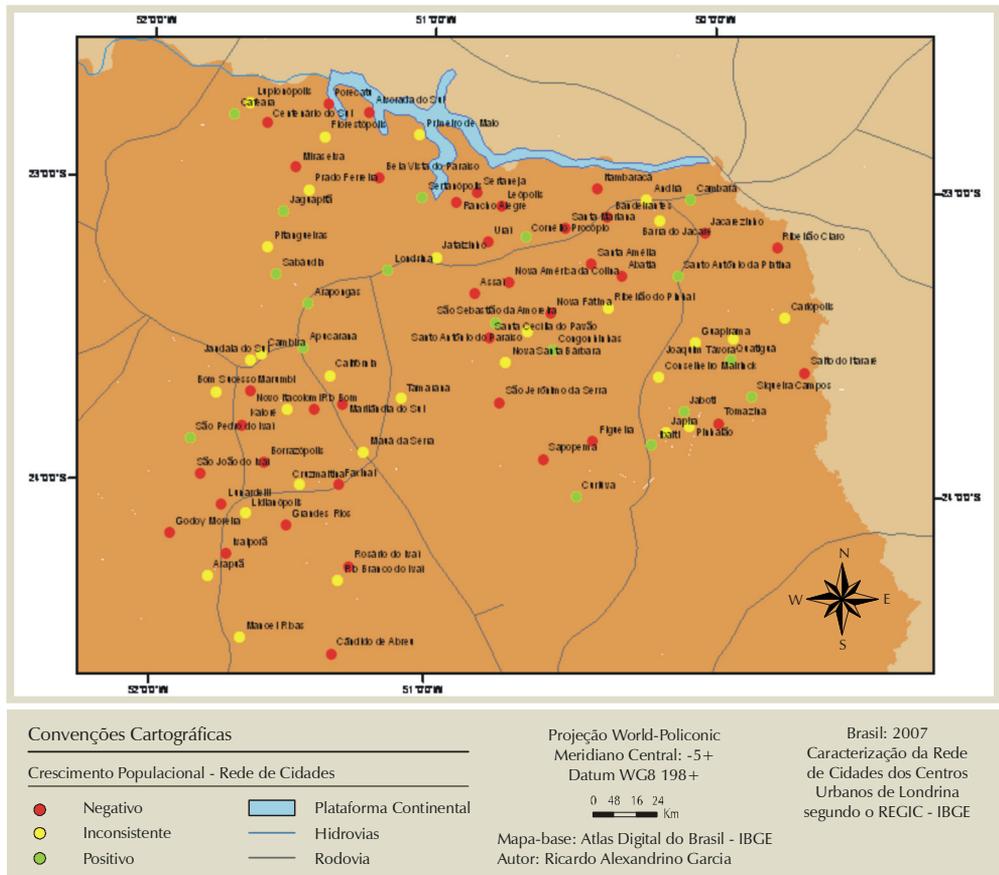
Agregando os municípios segundo tamanho de população, obtêm-se resultados ainda mais surpreendentes. Os três maiores municípios (Londrina, Apucarana e Arapongas) concentravam em 2007 quase a metade (45%) da população da rede. Esses três foram, sem dúvida, os que mais contribuíram para o crescimento populacional da Regic, já que apresentaram TLM de 6% no período 1995/2000 e taxas de crescimento geométrico da população de 2,03% a.a no período 1991/2000. Enquanto os demais municípios (20 a 50 mil habitantes e aqueles com menos de 20 mil habitantes) mostraram resultados bem abaixo dos três maiores nos mesmos períodos avaliados. Os municípios com população entre 20 e 50 mil habitantes (oito municípios ao todo) apresentaram taxas líquidas de migração de -9,67% e taxas de crescimento populacional de -0,23%, enquanto os de menos de 20 mil habitantes (75 ao todo) apresentaram TLM -9,50% e taxas de crescimento populacional de -0,93%.

Sem dúvida, a Regic de Londrina apresenta-se muito heterogênea no que se refere à sua dinâmica demográfica. Além disso, mostra uma grande quantidade de municípios distribuídos em porções geográficas distantes de portos e de entroncamentos viários, além de sofrer a concorrência de polos fortes, como Maringá e Presidente Prudente. Essa afirmação pode ser verificada a partir da análise do mapa 1, que mostra a distribuição dos municípios de acordo com suas taxas de crescimento demográfico nos períodos 1991/2000 e 2000/2007. Nesse mapa, os municípios são classificados em três grupos a fim de se perceber a consistência de seu crescimento demográfico. Os municípios que receberam a denominação *negativa* (vermelho) foram aqueles que apresentaram taxas de crescimento negativas nos

⁸ Não constam no Censo de 1991 dados de população de três desses municípios: Mauá da Serra, Cruzmaltina e Rio Branco do Ivaí.

dois períodos; os que são classificados como *inconsistentes* (amarelo) foram aqueles que mostraram crescimento positivo em apenas um período, sendo o outro negativo; os que apresentam a denominação *positivo* (verde) foram os que mostraram consistência, com taxas de crescimento positivas nos dois períodos.

MAPA 1 - CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE LONDRINA - 1991/2000 E 2000/2007 - PARANÁ - 2007



FONTE: IBGE

A partir da análise do mapa 1, nota-se que existe grande quantidade de municípios (38 ao todo) com crescimento negativo nos dois períodos (1991/2000 e 2000/2007) e apenas 18 com crescimento consistente, ou seja, positivo nos dois períodos, sendo o restante (30) inconsistentes. Isso evidencia, como já foi destacado, uma situação de desequilíbrio, já que a rede não cresce equilibradamente. Além disso, entre as maiores taxas de crescimento⁹ encontravam-se municípios de maior porte populacional: Arapongas apresentou as maiores taxas de crescimento da rede

⁹ A maioria dos municípios dessa Regic não apresentou taxas de crescimento populacional elevadas nos períodos avaliados. Mesmo aqueles com as maiores taxas não mostraram pujança. Em termos numéricos, a maior taxa, por exemplo, foi a de Arapongas no período 1991/2000, com 3,16%.

(3,16% em 1991/2000 e 1,78% em 2000/2007) enquanto Londrina, o município-polo, mostrou taxas acima de 1,5% (1,53% em 1991/2000 e 1,55% em 2000/2007). O único município de pequeno porte a apresentar taxas mais elevadas foi Curiúva, com crescimento de 2,31% em 1991/2000 e 1,52% em 2000/2007.

É importante destacar que boa parte dos municípios que apresentaram taxas de crescimento populacional positivas nos dois períodos avaliados (1991/2000 e 2000/2007) localiza-se próximo aos eixos rodoviários, inclusive os três maiores municípios: Londrina, Apucarana e Arapongas. Essa proximidade com os eixos viários pode ser um diferencial na atração de investimentos e população.

Os dados do Apêndice 1, assim como do mapa 1, apontam uma concentração populacional nos maiores municípios. Afóra os três maiores municípios, nos demais se percebem desequilíbrios em termos das TLMs e taxas de crescimento populacional, sendo possível encontrar municípios de pequeno porte tanto no grupo dos que possuem menores TLMs e crescimento populacional, como no grupo dos que apresentaram TLMs elevadas e crescimento populacional positivo.

Mesmo carecendo de estudos mais refinados, é plausível associar os resultados das taxas líquidas de migração e crescimento populacional a fatores de ordem econômica, dado o perfil dominante das atividades econômicas regionais assentadas nas atividades da agroindústria intensiva em capital. Em uma economia regional fortemente marcada pela homogeneidade das atividades, movimentos migratórios devem se relacionar às fases de maior ou menor dinamismo no setor agroindustrial. A menor variabilidade nessa dinâmica, ou mesmo a perda de capacidade de atrair populações, pode estar relacionada a uma maior diversidade de atividades econômicas em uma determinada centralidade. Os dados relacionados ao crescimento do PIB dos municípios dessa região poderão ajudar a elucidar essas indagações.

Dados sobre o Produto Interno Bruto

A média de crescimento do PIB da Regic Londrina foi positiva em todos os períodos avaliados, com destaque para 2005/2007, com 4,70% a.a., como pode ser visto no Apêndice 2. A análise das taxas de crescimento do PIB permite perceber que a maioria dos municípios dessa Regic (74) apresentou ganhos de crescimento, com exceção de doze municípios que apresentaram taxas negativas no período avaliado 2002/2007. Entre eles, as menores taxas encontravam-se em Cruzmaltina (-3,71% a.a.), Nova Santa Bárbara (-3,12% a.a.), Lidianópolis (-2,79% a.a.) e Rancho Alegre (-2,60% a.a.).

Entre os municípios que apresentaram taxas positivas de crescimento do PIB, pelo menos 38 estiveram acima da média da Regic (3,29% a.a.) e outros 16 estiveram acima de 2% a.a.¹⁰ Os destaques são: Rio Branco do Ivaí (22,12% a.a.),

¹⁰ Buscou-se destacar os municípios com taxas superiores a 2% a.a. para mostrar a consistência do crescimento econômico com base nesse parâmetro: uma média de crescimento não desprezível compatível com as médias nacionais de crescimento anual do PIB em nível municipal, sobretudo se for mantido ao longo de vários períodos subsequentes. Na Regic, a maioria dos municípios (54) apresentou crescimento superior a esse parâmetro.

Rosário do Ivaí (12,43% a.a.), Cândido de Abreu (11,22% a.a.), Jaguatipã (10,56% a.a) e Joaquim Távora (10,54% a.a.). Londrina, a cidade-polo da rede, apresentou uma taxa de crescimento acima da média da Regic, com 4,63% a.a., apesar de não figurar entre as maiores taxas.

Um grande número de municípios da Regic Londrina (43 ao todo) apresentou um crescimento consistente do PIB, com taxas acima de 2% em todos os períodos avaliados, talvez influenciados pelo desenvolvimento da agroindústria.

Em uma análise agregada, é possível perceber uma concentração econômica dentro da Regic Londrina, já que os municípios que mais cresceram foram os três maiores, que juntos apresentaram taxas de crescimento de 4,4% a.a. no período 2002/2007. Além disso, eles detinham 55% do PIB da Regic em 2002 e passaram a acumular 56,5% em 2007. Os municípios com populações entre 20 e 50 mil habitantes apresentaram no período 2002/2007 taxa de crescimento do PIB de 3,01%, sendo que em 2002 eles contribuía com 14,9% do PIB, sofrendo uma pequena redução em 2007, caindo para 13,9%. Enquanto isso, os municípios com menos de 20 mil habitantes mostravam uma taxa de crescimento de 3,27%, no período 2002/2007, com uma participação relativa de 30% do PIB, declinando para 29,5% em 2007. Em termos absolutos, o acréscimo que os três maiores municípios apresentaram no PIB no período 2002/2007 foi de 1.232.777 bilhões, enquanto os 75 municípios de pequeno porte (menos de 20 mil habitantes) contribuíram com um acréscimo de 509.851 milhões.

Os dados do PIB confirmam o que já tinha sido demonstrado com os dados populacionais; ou seja, uma maior concentração econômica nos três maiores municípios. Mas não se pode deixar de lembrar que a maioria dos municípios da Regic, inclusive os de pequeno porte, apresentaram taxas de crescimento positivas no período avaliado, o que, de certa forma, permite afirmar que o município-polo atrai investimentos para a rede como um todo e não apenas para si, apesar de ainda concentrar a maioria deles. Entretanto, é importante destacar que os outros municípios podem estar filtrando investimentos de outros polos próximos, de outras Regics, não apenas da Regic Londrina.

2.3 REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE JOINVILLE

A Região de Influência de Joinville é a segunda maior do Estado de Santa Catarina, perdendo apenas para a Região de influência de Florianópolis. Joinville, a maior cidade do Estado, com uma forte base produtiva voltada a segmentos modernos do setor metal-mecânica e plásticos, tem contribuído para atração de investimentos e população para a região. Porém, além dela, outras cidades possuem bases produtivas expressivas, chegando a se destacar no cenário regional, como é o caso de São Bento do Sul, onde é forte a presença da indústria da madeira e mobiliário.

Como se vê no Apêndice 3, essa rede urbana apresenta 20 municípios. Além da cidade-polo, destacam-se: São Bento do Sul, Canoinhas e Mafra, municípios

de maior porte populacional. Apesar de Joinville concentrar mais da metade da população de sua região de influência, os dados indicam que os municípios menores vêm-se apresentando como alternativas a fluxos migratórios.

O saldo migratório da Regic é positivo (5,12% no período 1995/2000), o que indica que os municípios dessa região exibiam, pelo menos no período avaliado (1995/2000), uma notável capacidade de atração de população. A maioria dos municípios (12) apresentou Taxas Líquidas de Migração positivas (ver Apêndice 3), com destaque para Itapoá, município que mais se destacou, com a exorbitante taxa de 70,47% a.a., Balneário Barra do Sul (59,71% a.a.), Barra Velha (20,27% a.a.), São Francisco do Sul (18,71% a.a.), São João do Itaperiú (14,14% a.a.) e São Bento do Sul (10,46% a.a.). Entretanto, alguns municípios apresentaram TLMs negativas, os destaques são: Monte Castelo (-29,43% a.a.), Canoinhas (-18,57% a.a.), Irenópolis (-14,94% a.a.) e Major Vieira (-10,92% a.a.).

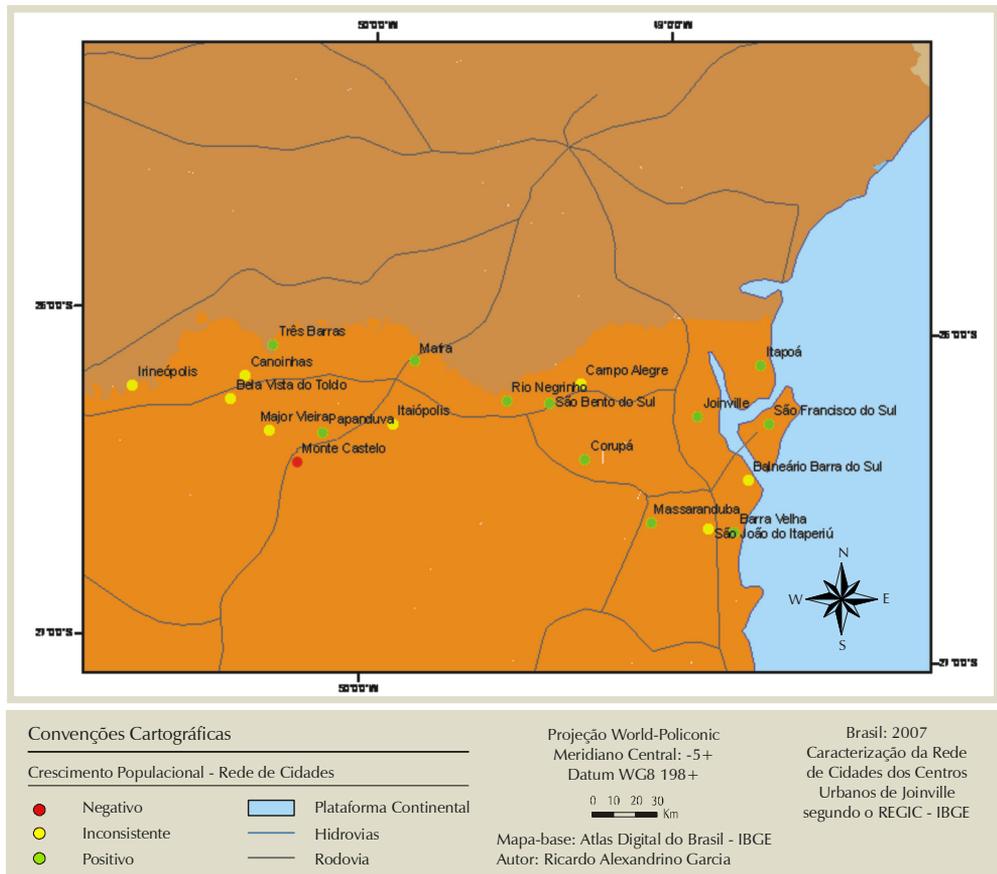
Quando se observam as taxas de crescimento populacional no período 1991/2000, nota-se que não há, como nas TLMs, níveis tão acentuados, sendo que apenas os municípios de Itapoá (9,19%) e Rio Negrinho (3,18%) destacam-se dos demais municípios da rede.¹¹ Apenas cinco municípios apresentaram taxas negativas de crescimento populacional, com destaque para Itaiópolis, com -3,48%. O saldo populacional da rede é positivo (1,93%), o que indica que as taxas líquidas de migração tiveram um peso marcante no crescimento populacional dessa Regic, de baixo crescimento vegetativo.

Como pode ser visto no mapa 2, que tem por finalidade a análise de consistência do crescimento demográfico em dois períodos subsequentes (1991/2000 e 2000/2007), a Regic Joinville, ao contrário de Londrina, mostrou-se mais equilibrada em termos demográficos. Além da pequena quantidade de municípios dessa Regic (20), não se pode esquecer que eles se encontram encerrados no Vale do Itajaí, possuindo uma história em comum. A maioria dos municípios (11) mostrou crescimento sustentável, ou seja, positivo nos dois períodos, sendo que oito foram inconsistentes, com crescimento positivo em apenas um dos períodos analisados e somente um (Monte Castelo) apresentou crescimento negativo nos dois períodos.

Entre os municípios que apresentaram taxas de crescimento populacional positivas nos dois períodos, os destaques são: Itapoã (9,19% em 1991/2000 e 2,79% em 2000/2007), Rio Negrinho (3,18% em 1991/2000 e 1,63% em 2000/2007), São Bento do Sul (2,96% em 1991/2000 e 1,48% em 2000/2007) e Joinville (2,40% em 1991/2000 e 1,81% em 2000/2007). Afora Itapoã, os demais estão entre os cinco maiores da Regic, o que demonstra que os municípios de maior porte populacional têm crescido mais que os de pequeno porte, pelo menos nos períodos avaliados.

¹¹ Não foi possível calcular as taxas de crescimento populacional no período 1991/2000 dos municípios Balneário Barra do Sul, Bela Vista do Toldo e São João do Itaperiú, porque não aparecem nos dados do Censo de 1991.

MAPA 2 - CRESCIMENTO POPULACIONAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE JOINVILLE - 1991/2000 E 2000/2007 - SANTA CATARINA - 2007



FONTE: IBGE

A posição geográfica dentro da Regic parece ter sido um fator de peso no crescimento populacional dos municípios. Partindo dessa observação, é possível constatar que a maioria dos municípios que mostraram crescimento consistente (positivo nos dois períodos) encontra-se próxima do litoral, rodovias e mesmo, da cidade-polo, Joinville.

Joinville tem um peso grande dentro da Regic, já que concentrava 54% da população em 2007, apresentava TLM positiva de 2,28% no período 1995/2000 e mostrou taxas de crescimento populacional positivas nos dois períodos avaliados (1991/2000 e 2000/2007). Entretanto, ao contrário do que ocorreu com a Regic Londrina, na Regic Joinville, os demais municípios também apresentaram números positivos. O grupo dos municípios com populações acima de 20 mil habitantes (cinco ao todo), excluindo Joinville, mostrou uma TLM média de 1,58% e taxa de crescimento populacional de 1,4% no período 1991/2000. Os municípios com menos de 20 mil habitantes (14) exibiram TLM média de 6,58% e taxa de crescimento populacional de 1,12% no período 1991/2000.

Os dados indicam que a Regic Joinville mostrou-se mais equilibrada que a Regic Londrina (talvez em função do número menor de municípios), já que a maioria dos municípios apresentou TLMs positivas e também taxas positivas de crescimento populacional. Além disso, já é possível perceber o início de um processo de difusão da população dentro da rede, visto que os municípios de pequeno porte foram os que apresentaram as maiores taxas líquidas de migração. Os dados do Produto Interno Bruto poderão complementar essa análise.

Dados sobre o Produto Interno Bruto

A análise do PIB nos permite perceber que vem ocorrendo uma evolução econômica positiva dos municípios da Regic Joinville, já que as médias de crescimento da região foram relativamente altas em todos os períodos avaliados (Apêndice 4). Com uma economia ancorada nos segmentos modernos de metal-mecânica, plásticos e no turismo, os municípios dessa rede vinham conseguindo alcançar bons resultados, pois a maioria (18) conseguiu sustentar taxas de crescimento do PIB positivas no período 2002/2007.

Dos 20 municípios dessa rede, 13 apresentaram taxas de crescimento do PIB acima de 2% no período 2002/2007, sendo que 7 deles acima da média regional (4,53% a.a). Os destaques são: Barra Velha (15,83% a.a), Monte Castelo (9,93% a.a), São Francisco do Sul (8,43% a.a), Balneário Barra do Sul (8,30% a.a) e Itapoá (7,56% a.a). Além disso, 7 dos 20 municípios detinham níveis consistentes de crescimento, com taxas acima de 3% a.a. em todos os períodos. A maioria desses municípios é de pequeno porte, ou seja, possui menos de 20 mil habitantes.

A cidade-polo também apresentou taxa de crescimento do PIB elevada (6,69% a.a. no período 2002/2007), o que indica que ela ainda concentra boa parte dos investimentos da rede.¹² Em 2002, Joinville contribuía com 55% do PIB da Regic, aumentando esse percentual para 58% em 2007. Os demais municípios com população acima de 25 mil habitantes (5 ao todo), com uma taxa de crescimento do PIB de 2,34% a.a., contribuía com 34% do PIB em 2002, caindo para 31% em 2007. Já os municípios com população abaixo de 20 mil habitantes mostraram taxas de crescimento do PIB de 5,16% a.a.¹³ (2002/2007) e mantiveram em 2007 o mesmo percentual do PIB que tinham em 2002, ou seja, 11%.

O PIB da Regic Joinville, em termos absolutos (11.317.500 bilhões de reais), é o maior entre as Regics analisadas, apesar de conter o menor número de municípios. Isto porque além de Joinville, outro município se destaca, apresentando um PIB bastante elevado: São Francisco do Sul, com 1.693.994 bilhões. Esses dois municípios juntos concentravam 73% do PIB da rede em 2007.

¹² É possível dimensionar melhor o peso de Joinville dentro da Regic quando analisados os dados absolutos do PIB, já que dos 2.732.805 bilhões de reais, total do crescimento apresentado no período 2002/2007, Joinville contribuiu com 66%, em termos absolutos, 1.816.587 bilhões.

¹³ Apesar de esse percentual de crescimento ser elevado, ele corresponde a apenas 10% do total do crescimento da Regic no período 2002/2007. Em termos absolutos, 260.148 milhões.

Os dados mostram que o município-polo concentrava a maioria dos investimentos da rede no período 2002/2007 e que mantinha expressivo ritmo de crescimento. Entretanto, já é possível sugerir uma difusão dos investimentos em outros municípios da Regic, visto que a maioria apresentou taxas de crescimento positivas no período avaliado.

Apesar dos resultados positivos alcançados pela Regic Joinville nos período avaliado (2002/2007), dificilmente essa rede iria mantê-los nos anos posteriores, já que os municípios dessa região foram duramente castigados pelas enchentes no Vale do Itajaí em 2008.¹⁴ A maioria dos municípios, inclusive Joinville, sofreu com as enchentes e deslizamentos e com certeza precisarão de um período para se refazer e voltar a ter o mesmo desempenho. Talvez este seja o maior desafio ao crescimento sustentável dos municípios dessa Regic, que, por mais que cresçam, estarão sempre reféns de tragédias, como a mencionada acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados analisados mostraram que os dois municípios médios apresentam características que ora os aproximam ora os distanciam, em termos de evolução de suas redes. É possível perceber que suas regiões de influência experimentaram evolução positiva, principalmente se considerada a variável PIB. Entretanto, no que se refere aos dados demográficos, o que se viu foi a presença de uma rede bastante heterogênea: a Regic Londrina, com saldos migratórios negativos, ao contrário da Regic Joinville, que se mostrou mais homogênea.

A região de influência de Joinville foi a que se mostrou mais integrada, apresentando crescimento contínuo e sustentado da população e do PIB na maioria dos municípios. Além disso, foi a única com saldo migratório positivo (5,12% no período 1995/2000). É também a rede que apresentou o maior PIB (11.317.500 bilhões), apesar do menor número de municípios. A maioria dos municípios dessa Regic (13 ao todo) apresentou crescimento do PIB acima de 2% no período avaliado (2002/2007). No entanto, não se pode deixar de destacar, como já foi dito anteriormente, que a catástrofe ambiental de 2008 causou muitos prejuízos à região, que possivelmente não conseguiu manter os mesmos níveis de crescimento. Isso indica que, apesar de seu potencial de crescimento, essa rede mostra uma fragilidade relacionada a questões de saneamento, drenagem e suscetibilidade dos solos.

Do ponto de vista econômico, as duas Regics tiveram algum dinamismo, uma vez que apresentaram taxas de crescimento do PIB positivas no período avaliado (2002/2007). Isso evidencia, de certa forma, que as cidades médias analisadas atraem investimentos para a rede como um todo e não apenas para si, posto que a maioria

¹⁴ As enchentes em Santa Catarina ocorreram depois do período de grandes chuvas durante o mês de novembro de 2008, afetando em torno de 60 municípios, localizados principalmente no Vale do Itajaí e mais de 1,5 milhões de pessoas no Estado. Várias cidades na região ficaram inacessíveis devido às enchentes, escombros e deslizamentos de terra.

dos municípios das Regics mostraram crescimento positivo. Entretanto, as taxas líquidas de migração se mostraram negativas na Regic Londrina (-8,97%): 65 municípios com TLMs negativas.

A análise das taxas de crescimento populacional apresentadas nos mapas permitiu observar certas nuances sobre as redes. A Regic de Londrina mostrou-se mais heterogênea, já que não cresceu de maneira mais ou menos uniforme, com grande número de municípios com crescimento negativo e uma minoria com crescimento sustentável. A Regic Joinville, ao contrário, se mostrou mais equilibrada em termos demográficos.

Outro aspecto relevante que se pôde apreender a partir dos mapas foi que, nas duas Regics, os municípios que se mostraram mais consistentes em termos de crescimento populacional foram os que tinham uma localização geográfica mais favorável, com proximidade a eixos viários, ao litoral, ou proximidade a rios importantes.

Nas duas Regics, o município-polo teve um peso muito importante no desenvolvimento da rede, já que concentrava boa parte da população e do PIB, além de apresentar taxas elevadas de crescimento. Contudo, foi possível perceber uma difusão dos investimentos dentro das redes, visto que em todas elas, a maioria dos municípios de menor tamanho mostrou taxas de crescimento positivo.

Em uma análise mais geral, o que se pôde constatar é que o município-polo continua tendo um peso muito grande dentro das Regics, uma vez que apresentou taxas elevadas de crescimento do PIB, a despeito da incipiente difusão dos investimentos no restante da rede.

REFERÊNCIAS

AMORIN FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.1-34.

ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. **O recente desempenho das cidades médias no crescimento populacional urbano brasileiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 1998 (Texto para Discussão, 554).

CARLOS, A. F. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2009.

CORRÊA, R. L. **Construindo o conceito de cidade média**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2006. p.1-11. Ensaio apresentado ao Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

COSTA, E. M. da. Cidades médias: contributos para a sua definição. **Revista Finisterra**, Lisboa: Universidade de Lisboa, v.37, n.74, p.101-128, 2002. Disponível em: <www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2002-74/74_05.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2008.

DESIGUALDADES Socioespaciais e Descentralização Territorial no Brasil Atual. DVD com dados e informações produzidos pela pesquisa. Belo Horizonte: LESTE/IGC/UFGM, 2009.

IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br/censos-demograficos>. Acesso em: fev. 2010.

IBGE. **Regiões de influência das cidades**: 2007. Rio de Janeiro, 2008.

IPEA. Disponível em: <[www.ipeadata.gov.br/Dados populacionais, PIB e IDH](http://www.ipeadata.gov.br/Dados-populacionais-PIB-e-IDH)>. Acesso em: mar. 2010.

MATOS, R. **Dinâmica migratória e desconcentração da população na macrorregião de Belo Horizonte**. 1995. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 1995.

MOURA, R.; WERNECK, D. Z. Rede, hierarquia e região de influência das cidades: um foco sobre a Região Sul. **Revista Paranaense Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.100, p.27-57, jan/jun. 2001.

REDWOOD III, J. Reversión de polarización, ciudades secundárias y eficiencia en el desarrollo nacional: una visión teórica aplicada al Brasil contemporáneo. **Eure: Revista Latinoamericana de Estudios Regionales**, Santiago de Chile: Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales : Pontificia Universidad Católica de Chile, v.11, n.32, p.35-56, dic. 1984.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: UNESP/FAT : GASPERR, 2001. p.609-643.

STEINBERGER, M.; BRUNA, G. C. Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). **Cidades Médias Brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p.35-77.

WIKIPEDIA. **Produto interno bruto**. Disponível em: <wikipedia.org/wiki/Produto_interno_bruto>. Acesso em: jun. 2010.

APÊNDICE 1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, CRESCIMENTO GEOMÉTRICO
DA POPULAÇÃO E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA
DE LONDRINA - PARANÁ - 1991, 1995, 2000 E 2007

TABELA A.1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO E TAXAS LÍQUIDAS DE
MIGRAÇÃO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE LONDRINA - PARANÁ - 1991, 1995, 2000 E 2007

continua

MUNICÍPIO/CIDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE			CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO		TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO 1995/2000
	1991	2000	2007	1991/2000	2000/2007	
Londrina	390.100	447.065	497.833	1,53	1,55	3,80
Apucarana	95.064	107.827	115.323	1,41	0,96	-1,31
Arapongas	64.556	85.428	96.669	3,16	1,78	15,50
Cornélio Procopio	46.644	46.861	46.931	0,05	0,02	-11,99
Santo Antônio da Platina	38.714	39.943	40.480	0,35	0,19	-5,40
Jacarezinho	40.858	39.625	39.327	-0,34	-0,11	-8,79
Bandeirantes	34.310	33.732	32.290	-0,19	-0,62	-3,88
Ivaiporã	45.564	32.270	31.344	-3,76	-0,42	-29,05
Ibaiti	26.026	26.448	28.050	0,18	0,84	-11,14
Cambará	21.343	22.740	23.956	0,71	0,75	-0,26
Andirá	19.584	21.663	21.330	1,13	-0,22	-6,86
Jandaia do Sul	18.574	19.676	19.534	0,64	-0,10	-5,30
Cândido de Abreu	21.607	18.795	17.775	-1,54	-0,79	-22,67
Siqueira Campos	14.226	16.000	16.663	1,31	0,58	8,67
Assaí	20.325	18.045	16.098	-1,31	-1,62	-26,44
Faxinal	19.926	15.608	15.527	-2,68	-0,07	-23,17
Sertanópolis	14.291	15.147	15.485	0,65	0,32	-0,36
Bela Vista do Paraíso	15.098	15.031	14.996	-0,05	-0,03	-6,25
Curitúva	10.503	12.904	14.338	2,31	1,52	16,28
Porecatu	17.102	15.881	14.174	-0,82	-1,61	-27,03
Ribeirão do Pinhal	13.841	14.341	13.389	0,40	-0,98	-12,50
Carlópolis	12.357	13.305	13.170	0,82	-0,15	3,61
Manoel Ribas	11.956	13.066	12.762	0,99	-0,34	-15,04
Santa Mariana	14.711	13.470	11.992	-0,97	-1,65	-6,65
São João do Ivaí	16.663	13.196	11.854	-2,56	-1,52	-28,37
Jaguapitã	10.613	10.932	11.782	0,33	1,08	-5,63
Florestópolis	11.998	12.190	11.571	0,18	-0,74	-8,59
São Jerônimo da Serra	13.275	11.750	11.563	-1,35	-0,23	-12,18
Uraí	13.299	11.876	11.489	-1,25	-0,47	-11,55
Centenário do Sul	14.269	11.817	11.247	-2,07	-0,70	-30,28
Jataizinho	10.428	11.327	11.244	0,92	-0,11	-7,10
Tamarana	-	9.713	10.887		1,64	-9,03
Ribeirão Claro	11.385	10.903	10.882	-0,48	-0,03	-6,84
Primeiro de Maio	11.910	10.728	10.753	-1,15	0,03	-15,56
Joaquim Távora	9.875	9.661	10.247	-0,24	0,84	-8,49
São Pedro do Ivaí	9.333	9.473	9.569	0,17	0,14	-29,15
Alvorada do Sul	9.685	9.253	9.014	-0,51	-0,37	-11,65
Marilândia do Sul	13.764	9.071	8.932	-4,53	-0,22	-10,94
Tomazina	11.912	9.931	8.814	-2,00	-1,69	-15,29
São Sebastião da Amoreira	7.943	8.548	8.681	0,82	0,22	4,64
Congonhinhas	7.773	7.851	8.552	0,11	1,23	8,32
Figueira	9.585	9.038	8.380	-0,65	-1,07	-24,20
Borrazópolis	11.481	9.453	8.275	-2,14	-1,88	-32,20
Nova Fátima	8.385	8.305	8.054	-0,11	-0,44	-11,71

TABELA A.1 - POPULAÇÃO RESIDENTE, CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE LONDRINA - PARANÁ - 1991, 1995, 2000 E 2007

conclusão

MUNICÍPIO/CIDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE			CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO		TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO 1995/2000
	1991	2000	2007	1991/2000	2000/2007	
Mauá da Serra	-	6.471	7.814		2,73	24,00
Abatiá	10.238	8.259	7.791	-2,36	-0,83	-8,16
Grandes Rios	12.156	7.868	7.641	-4,72	-0,42	-32,96
Califórnia	7.329	7.678	7.546	0,52	-0,25	0,89
Itambaracá	9.717	7.090	6.935	-3,44	-0,32	-13,44
Quatiguá	5.766	6.742	6.877	1,75	0,28	0,84
Cambira	9.793	6.688	6.862	-4,15	0,37	8,13
Sapopema	7.095	6.872	6.638	-0,35	-0,49	-10,90
Bom Sucesso	7.116	6.173	6.397	-1,57	0,51	-29,21
Sertaneja	6.708	6.521	5.894	-0,31	-1,43	-11,54
Pinhalão	5.728	6.217	5.893	0,91	-0,76	4,52
Rosário do Ivaí	9.908	6.585	5.823	-4,44	-1,74	-26,67
Sabáudia	5.293	5.413	5.447	0,25	0,09	-8,66
Salto do Itararé	6.360	5.549	5.087	-1,50	-1,23	-5,67
Lunardelli	7.530	5.668	5.082	-3,11	-1,55	-16,32
Jaboti	4.376	4.590	5.019	0,53	1,28	8,61
Japira	4.834	4.901	4.694	0,15	-0,61	11,12
Kaloré	6.568	5.044	4.664	-2,89	-1,11	-28,36
Lupionópolis	4.459	4.323	4.375	-0,34	0,17	0,02
Leópolis	4.761	4.440	4.230	-0,77	-0,69	-0,68
Marumbi	5.007	4.612	4.142	-0,91	-1,52	-31,45
Lidianópolis	-	4.783	4.123		-2,10	-6,80
Santa Amélia	4.628	4.407	4.062	-0,54	-1,16	-14,53
Rancho Alegre	4.509	4.197	4.001	-0,79	-0,68	-16,35
Arapuã	-	4.172	3.945		-0,80	-1,67
Rio Branco do Ivaí	-	3.758	3.850		0,35	14,65
Nova Santa Bárbara	-	3.611	3.802		0,74	-26,34
Santa Cecília do Pavão	8.642	4.064	3.676	-8,04	-1,42	-26,04
Guapirama	3.806	4.068	3.639	0,74	-1,58	-3,08
Godoy Moreira	5.294	3.836	3.568	-3,52	-1,03	-15,14
Conselheiro Mairinck	3.493	3.463	3.554	-0,10	0,37	-25,66
Prado Ferreira	-	3.152	3.344		0,85	1,93
Nova América da Colina	4.105	3.585	3.298	-1,49	-1,18	-17,30
Rio Bom	4.197	3.546	3.260	-1,86	-1,19	-29,49
Cruzmaltina	-	3.459	3.116		-1,48	23,94
Barra do Jacaré	3.151	2.723	2.757	-1,61	0,18	-21,95
Novo Itacolomi	-	2.866	2.747		-0,60	-9,93
Cafeara	2.398	2.485	2.702	0,40	1,20	6,16
Pitangueiras	-	2.418	2.664		1,39	-18,97
Ariranha do Ivaí	-	2.883	2.540		-1,79	5,27
Santo Antônio do Paraíso	2.488	2.790	2.354	1,28	-2,40	28,90
Miraselva	5.326	1.961	1.899	-10,51	-0,46	-11,50
Total/Médias	1.433.635	1.509.818	1.564.978	-1	-0,29	-8,97

FONTE: IBGE. Censos Demográficos 1991/2000 e contagem de população 2007. In: Ipeadata. Leste - IGC/UFMG

APÊNDICE 2 - PRODUTO INTERNO BRUTO E TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB
DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE LONDRINA - PARANÁ - 2002/2007

TABELA A.2 - PRODUTO INTERNO BRUTO E TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE LONDRINA - PARANÁ - 2002/2007

continua

MUNICÍPIO/CIDADE	PRODUTO INTERNO BRUTO						TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB		
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2002/2004	2005/2007	2002/2007
Londrina	3.647.604	3.886.903	3.942.279	3.853.559	3.926.149	4.574.028	2,62	5,88	4,63
Arapongas	650.961	743.172	837.823	784.921	789.915	861.842	8,78	3,17	5,77
Apucarana	620.702	625.675	659.480	643.347	667.242	716.174	2,04	3,64	2,90
Cornélio Procópio	327.890	355.610	348.586	324.192	321.275	341.937	2,06	1,79	0,84
Jacarezinho	222.427	237.428	233.964	230.775	230.071	223.459	1,70	-1,07	0,09
Santo Antônio da Platina	149.328	159.595	161.742	170.333	183.970	193.791	2,70	4,39	5,35
Andirá	133.379	136.406	132.854	125.954	118.567	167.983	-0,13	10,07	4,72
Cambará	138.130	156.543	161.600	144.575	163.186	162.321	5,37	3,93	3,28
Bandeirantes	143.082	150.976	156.625	139.642	143.494	155.160	3,06	3,57	1,63
Ivaiporã	126.756	144.441	138.452	134.879	139.419	140.619	2,99	1,40	2,10
Sertãozinho	145.414	158.834	147.812	135.464	131.943	139.416	0,55	0,96	-0,84
Ibaiti	97.908	105.743	123.240	116.564	123.467	131.605	7,97	4,13	6,09
Japira	80.687	130.461	133.746	88.862	93.380	123.238	18,35	11,52	8,84
Jandaia do Sul	97.428	108.993	114.181	113.075	123.172	121.513	5,43	2,43	4,52
Assaí	100.196	117.367	119.414	94.797	100.015	109.047	6,02	4,78	1,71
Jaguapitã	64.830	84.453	96.537	97.446	97.225	107.102	14,19	3,20	10,56
Bela Vista do Paraíso	83.766	96.341	89.525	78.054	73.915	102.013	2,24	9,33	4,02
Cândido de Abreu	52.620	70.004	62.346	73.308	83.754	89.567	5,82	6,91	11,22
Marilândia do Sul	59.049	70.947	71.359	58.785	57.429	89.191	6,52	14,91	8,60
Faxinal	65.833	82.680	84.670	74.002	75.357	85.203	8,75	4,81	5,29
São Pedro do Ivaí	65.704	69.495	70.564	62.366	76.611	80.206	2,41	8,75	4,07
Siqueira Campos	58.233	62.745	64.238	66.296	70.170	73.361	3,33	3,43	4,73
Porecatu	67.505	77.640	75.636	65.213	68.534	73.253	3,86	3,95	1,65
Joaquim Távora	44.081	53.293	60.480	61.204	57.217	72.760	11,12	5,93	10,54
Santa Mariana	67.036	90.997	87.706	66.047	58.639	70.764	9,37	2,33	1,09
Mauá da Serra	59.402	84.038	85.731	73.027	65.889	70.299	13,01	-1,26	3,43
Sertaneja	52.652	79.855	77.052	52.142	41.088	67.573	13,53	9,03	5,12
Manoel Ribas	60.424	73.756	69.892	57.848	57.331	63.712	4,97	3,27	1,07
Primeiro de Maio	62.875	72.044	63.757	53.546	54.097	62.874	0,47	5,50	0,00
São João do Ivaí	60.734	69.867	70.820	56.604	57.261	59.508	5,25	1,68	-0,41
Uraí	48.929	54.179	53.245	47.302	47.571	56.251	2,86	5,95	2,83
Tamarana	43.209	52.649	48.700	50.079	39.518	52.830	4,07	1,80	4,10
Alvorada do Sul	50.782	64.087	54.262	45.641	45.326	51.582	2,23	4,16	0,31
Curiúva	39.290	52.810	45.467	53.534	49.373	49.657	4,99	-2,47	4,79
Ribeirão Claro	40.206	45.336	46.077	45.251	49.557	48.871	4,65	2,60	3,98
Carlópolis	45.086	46.486	53.143	48.823	49.875	47.269	5,63	-1,07	0,95
Borrazópolis	43.602	46.493	49.936	38.239	41.203	46.670	4,63	6,87	1,37
Ribeirão do Pinhal	38.102	44.240	48.196	41.789	36.610	45.313	8,15	2,74	3,53
Jataizinho	40.258	41.454	49.312	43.280	41.300	45.278	7,00	1,52	2,38
São Sebastião da Amoreira	39.140	51.994	53.389	41.028	40.389	44.773	10,90	2,95	2,73
Florestópolis	39.210	43.664	46.163	37.659	42.029	42.503	5,59	4,12	1,63
São Jerônimo da Serra	29.879	38.872	44.321	35.438	35.854	39.545	14,05	3,72	5,77
Sabáudia	29.195	34.862	35.726	27.867	28.417	38.640	6,96	11,51	5,77
Cambira	26.758	33.731	36.903	31.630	34.567	38.345	11,31	6,63	7,46

TABELA A.2 - PRODUTO INTERNO BRUTO E TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE LONDRINA - PARANÁ - 2002/2007

conclusão

MUNICÍPIO/CIDADE	PRODUTO INTERNO BRUTO						TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB		
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2002/2004	2005/2007	2002/2007
Centenário do Sul	41.034	45.477	41.930	38.970	34.909	37.909	0,72	-0,92	-1,57
Congonhinhas	28.525	32.041	38.076	28.597	31.817	35.527	10,11	7,50	4,49
Nova Fátima	33.299	38.770	38.406	32.161	31.955	34.116	4,87	1,99	0,49
Rio Branco do Ivaí	11.463	16.011	15.068	23.235	25.990	31.139	9,54	10,25	22,12
Tomazina	27.582	32.014	33.848	29.399	28.930	30.273	7,06	0,98	1,88
Itambaracá	28.876	39.030	37.751	24.133	24.619	29.874	9,34	7,37	0,68
Abatiá	25.001	28.913	30.868	25.426	23.250	29.738	7,28	5,36	3,53
Rosário do Ivaí	16.296	17.936	17.493	19.336	27.558	29.277	2,39	14,83	12,43
Califórnia	23.879	25.634	26.633	26.258	27.406	28.924	3,71	3,27	3,91
Bom Sucesso	21.149	27.722	28.025	23.629	26.019	28.607	9,84	6,58	6,23
Kaloré	25.362	28.380	30.590	22.015	20.596	28.062	6,45	8,43	2,04
Quatiguá	25.992	26.969	25.751	27.363	27.061	27.967	-0,31	0,73	1,48
Leópolis	28.433	40.218	37.428	24.206	19.645	26.880	9,59	3,55	-1,12
Figueira	29.125	23.055	25.225	25.187	28.457	26.616	-4,68	1,86	-1,79
Sapopema	17.932	21.924	23.589	22.765	23.740	25.159	9,57	3,39	7,01
Grandes Rios	22.973	26.542	25.114	25.457	25.241	24.953	3,02	-0,66	1,67
Santa Cecília do Pavão	17.601	22.104	24.579	20.174	20.825	24.201	11,77	6,26	6,58
Pinhalão	20.567	22.276	25.776	23.091	26.885	23.600	7,82	0,73	2,79
Lupionópolis	15.225	17.325	15.759	22.443	24.072	23.494	1,16	1,54	9,06
Lunardelli	20.387	21.935	21.033	17.970	17.368	20.318	1,05	4,18	-0,07
Rancho Alegre	21.834	29.984	29.303	17.811	13.744	19.143	10,30	2,43	-2,60
Cruzmaltina	23.121	30.342	27.869	18.468	15.601	19.141	6,42	1,20	-3,71
Prado Ferreira	14.136	19.235	22.365	15.165	17.029	18.783	16,52	7,39	5,85
Arapuã	16.530	22.507	20.230	15.042	14.563	18.379	6,96	6,91	2,14
Pitangueiras	16.393	20.234	21.438	13.895	13.961	18.268	9,36	9,55	2,19
Nova América da Colina	17.705	17.821	18.875	15.240	16.119	18.186	2,16	6,07	0,54
Guapirama	15.918	18.313	16.570	15.496	14.138	17.915	1,35	4,95	2,39
Salto do Itararé	15.007	15.369	17.325	15.200	17.845	17.717	4,90	5,24	3,38
Barra do Jacaré	18.029	21.901	23.418	13.147	15.114	16.916	9,11	8,76	-1,27
Marumbi	14.174	17.543	18.276	14.746	16.356	16.885	8,84	4,62	3,56
Jaboti	12.537	13.401	14.550	14.436	16.061	15.803	5,09	3,06	4,74
Lidianópolis	18.088	18.400	18.215	14.642	13.131	15.705	0,23	2,36	-2,79
Rio Bom	13.488	16.007	15.838	13.564	12.802	15.026	5,50	3,47	2,18
Santa Amélia	13.912	18.018	19.463	12.665	15.103	14.986	11,84	5,77	1,50
Santo Antônio do Paraíso	14.709	20.209	19.522	12.946	11.150	14.445	9,90	3,72	-0,36
Conselheiro Mairinck	12.766	14.787	15.304	13.285	12.866	14.358	6,23	2,62	2,38
Ariranha do Ivaí	11.376	16.264	14.209	10.282	10.670	12.904	7,69	7,87	2,55
Nova Santa Bárbara	14.865	15.681	15.377	11.831	12.587	12.689	1,14	2,36	-3,12
Cafeara	11.680	13.579	13.772	12.453	13.558	12.482	5,65	0,08	1,34
Novo Itacolomi	8.018	9.762	9.296	8.503	8.962	10.538	5,06	7,41	5,62
Godoy Moreira	9.314	11.289	10.554	9.867	9.799	10.465	4,25	1,98	2,36
Miraselva	7.430	7.901	7.967	8.108	8.042	8.203	2,36	0,39	2,00
Total/Média	8.962.012	9.949.988	10.159.629	9.482.996	9.646.915	10.882.613	4,27	4,70	3,29

FONTE: IBGE. In: Ipeadata. PIB 2002/2007

APÊNDICE 3 - POPULAÇÃO RESIDENTE, TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE JOINVILLE - SANTA CATARINA - 1991, 1995, 2000 E 2007

TABELA A.3 - POPULAÇÃO RESIDENTE, TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DA POPULAÇÃO E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE JOINVILLE - SANTA CATARINA - 1991, 1995, 2000 E 2007

MUNICÍPIO/CIDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE			TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO		TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÃO - 1995/2000 (%)
	1991	2000	2007	1991/2000	2000/2007	
Joinville	347.151	429.604	487.003	2,40	1,81	2,28
São Bento do Sul	50.328	65.437	72.548	2,96	1,48	10,46
Canoinhas	55.376	51.631	52.677	-0,78	0,29	-18,57
Maíra	47.042	49.940	51.014	0,67	0,30	-8,40
Rio Negrinho	28.460	37.707	42.237	3,18	1,63	5,70
São Francisco do Sul	29.593	32.301	37.613	0,98	2,20	18,71
Itaiópolis	26.240	19.086	19.752	-3,48	0,49	-9,72
Barra Velha	13.231	15.530	18.575	1,80	2,59	20,27
Três Barras	15.636	17.124	17.937	1,02	0,66	-5,89
Papanduva	16.232	16.822	17.056	0,40	0,20	-8,24
Massaranduba	11.168	12.562	13.777	1,32	1,33	1,00
Corupá	10.389	11.847	12.758	1,47	1,06	3,33
Campo Alegre	10.074	11.634	11.391	1,61	-0,30	1,46
Itapoá	4.007	8.839	10.719	9,19	2,79	70,47
Irineópolis	9.762	9.734	10.287	-0,03	0,79	-14,94
Monte Castelo	8.600	8.350	8.113	-0,33	-0,41	-29,43
Major Vieira	7.326	6.906	7.337	-0,65	0,87	-10,92
Balneário Barra do Sul		6.045	7.278		2,69	59,71
Bela Vista do Toldo		5.721	5.909		0,46	0,94
São João do Itaperiú		3.161	3.289		0,57	14,14
Total/média	690.615	819.981	907.270	1,93	1,46	4,77

FONTE: IBGE. Censos demográficos 1991/2000 e contagem de população 2007. In: Ipeadata. Leste - IGC/UFMG

APÊNDICE 4 - PRODUTO INTERNO BRUTO E TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB
DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE JOINVILLE - SANTA CATARINA - 2002/2007

TABELA A.4 - PRODUTO INTERNO BRUTO E TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DE JOINVILLE - SANTA CATARINA - 2002/2007

MUNICÍPIO/CIDADE	PRODUTO INTERNO BRUTO						TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB		
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2002/2004	2005/2007	2002/2007
Joinville	4.750.155	4.843.530	5.408.520	5.716.545	6.350.913	6.566.742	4,42	4,73	6,69
São Francisco do Sul	1.130.015	1.258.252	942.710	1.504.393	1.710.567	1.693.994	-5,86	4,04	8,43
São Bento do Sul	718.617	746.674	837.132	767.069	742.696	775.778	5,22	0,38	1,54
Mafra	384.565	401.954	439.870	401.019	386.285	402.770	4,58	0,15	0,93
Canoinhas	373.903	409.090	438.994	403.847	383.313	394.115	5,5	-0,81	1,06
Rio Negrinho	287.171	275.659	308.467	291.426	283.658	283.686	2,41	-0,89	-0,24
Três Barras	160.336	170.654	192.896	167.100	154.351	185.403	6,36	3,53	2,95
Barra Velha	70.366	86.797	108.717	132.293	136.888	146.706	15,61	3,51	15,83
Itaiópolis	108.764	128.694	131.958	127.560	127.425	133.759	6,66	1,59	4,22
Massaranduba	96.187	116.299	122.540	110.699	115.705	114.671	8,41	1,18	3,58
Papanduva	92.188	104.115	121.202	101.568	98.363	113.726	9,55	3,84	4,29
Corupá	71.467	75.412	91.908	94.331	88.851	95.904	8,75	0,55	6,06
Campo Alegre	77.282	78.184	84.508	75.837	73.364	73.531	3,02	-1,02	-0,99
Irineópolis	64.848	79.334	83.394	71.283	60.365	70.709	8,75	-0,27	1,75
Itapoá	42.890	46.058	47.878	51.852	59.933	61.735	3,74	5,99	7,56
Major Vieira	42.976	51.684	44.965	41.222	40.303	53.468	1,52	9,06	4,47
Monte Castelo	28.208	32.331	54.172	44.796	43.128	45.295	24,3	0,37	9,93
Balneário Barra do Sul	27.323	28.903	30.265	33.091	39.015	40.713	3,47	7,15	8,3
Bela Vista do Toldo	33.195	41.092	38.617	34.096	30.691	39.761	5,17	5,26	3,68
São João do Itaperiú	24.237	24.754	23.494	21.125	23.538	25.035	-1,03	5,82	0,65
Total/Média	8.584.695	8.999.469	9.552.205	10.191.150	10.949.355	11.317.500	3,62	3,56	4,53

FONTE: IBGE. In: Ipeadata. PIB 2002/2007